

Atitude desagrada aos partidos

Com o envio de uma terceira mensagem à proposta sobre o orçamento do ano que vem, o Palácio do Planalto está tumultuando os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, podendo, inclusive, provocar a não apreciação do projeto de lei por falta de tempo hábil. A atitude do Governo está sendo fortemente criticada pelas lideranças partidárias — exceto PFL e PDS — e provoca reações como a do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que está elaborando um parecer tornando sem efeitos as duas últimas mensagens com base na nova Constituição. Se esse parecer for acolhido pela Comissão, prevalece a primeira proposta, o que permite a apresentação do relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que está pronto desde sexta-feira.

Nelson Jobim está se baseando no parágrafo 4º do artigo 166 da Constituição que permite ao presidente da República enviar **mensagem** ao Congresso Nacional para

propor alterações no projeto antes do início da votação. A interpretação dada a este texto é a de que só vale uma mensagem, podendo a comissão aceitar ou não as demais. Essa tese, porém, entra em conflito com o inciso XXIII do artigo 84, que prevê competência exclusiva do presidente da República para o envio ao Congresso do plano plurianual, do projeto de lei das diretrizes orçamentárias e das **propostas de orçamento** previstas na Constituição.

Seja legal ou ilegal, o envio de uma terceira mensagem do orçamento pelo presidente José Sarney tem repercussões políticas muito negativas, principalmente depois do resultado das eleições municipais, quando o PMDB quer mostrar divergência em relação ao Governo a qualquer custo. O confronto que, até agora, estava centrado na intransigência da área econômica em relação ao pagamento da dívida dos Estados e municípios, po-

derá agora ter uma repercussão ainda maior: a legalidade dos atos do governo José Sarney.

Caso a tese do deputado Nelson Jobim não encontre campo legal para ser amparada, prevalecerá o entendimento do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que considerou a terceira mensagem como uma adição à proposta orçamentária. Isso invalida a segunda mensagem — que foi considerada em alguns pontos pelo relator — e modifica a original nos pontos onde existirem discordâncias em relação à terceira.

Nesse caso, será necessária uma nova alteração no calendário da Comissão, que já foi modificado três vezes, por causa do Executivo. Se isto ocorrer, o relator Almir Gabriel, que trabalha mais de 16h00 por dia, deverá concluir o seu novo parecer, com otimismo, somente no final desta semana.